



REQUERIMENTO Nº

DE 2016

(Do Deputado Geraldo Resende)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF, para debater a situação da Saúde Indígena no Brasil.

Senhora Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, com base nos artigos 24, inciso III, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD e ouvido o plenário desta Comissão a realização de audiência pública para debater a situação da Saúde Indígena no Brasil.

Para tanto sugerimos a participação dos seguintes convidados:

- Pedro Gomes Lulu – presidente do CONDISI/MS;
- Claudemiro Lescano – Vice-Presidente do CONDISI/MS
- Sônia Guajajara – Vice -Coordenadora Geral da COAIB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- Rodrigo Sérgio Garcia Rodrigues – Secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI.

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo de debater questões urgentes sobre a saúde indígena no Brasil, acertos da política para o setor, sua estrutura, as falhas, as experiências bem sucedidas e os desacertos nas mais diversas regiões do país, com vistas a se fazer um profundo debate acerca da saúde nas comunidades indígenas, uma vez que o perfil de saúde dos povos é muito pouco conhecida, e isto muito se deve a exiguidade de investigações, da ausência de censos e inquéritos, bem como da precariedade dos sistemas de informações que envolvam morbidade e mortalidade e qualquer discussão que envolvam saúde e doença, é que proponho essa Audiência Pública.



As estimativas quanto ao total da população indígena no país variam entre 896,9 mil, conforme dados oficiais do portal do governo brasileiro (<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/04/populacao-indigena-no-brasil-e-de-896-9-mil>), que estão presentes em todas as Unidades da Federação do Brasil e cada povo possui uma cultura e costumes próprios. Essa diversidade consiste em uma das maiores riquezas do país, bem como também representa um grande desafio para a elaboração e implementação de políticas públicas específicas e diferenciadas.

A Política Nacional de atenção à Saúde consiste em: "(...) garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política de modo a favorecer a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde de maior magnitude e transcendência entre os brasileiros, reconhecendo a eficácia de sua medicina e o direito desses povos à sua cultura (...)."

Para o alcance desse propósito são estabelecidas as seguintes diretrizes, que devem orientar a definição de instrumentos de planejamento, implementação, avaliação e controle das ações de atenção à saúde dos povos indígenas, quais sejam:

- Organização dos serviços de atenção à saúde dos povos indígenas na forma de Distritos Sanitários Especiais e Polos-Base, no nível local, onde a atenção primária e os serviços de referência se situam;
- Preparação de recursos humanos para atuação em contexto intercultural;
- Monitoramento das ações de saúde dirigidas aos povos indígenas;
- Articulação dos sistemas tradicionais indígenas de saúde;
- Promoção do uso adequado e racional de medicamentos;
- Promoção de ações específicas em situações especiais;
- Promoção da ética na pesquisa e nas ações de atenção à saúde envolvendo comunidades indígenas;
- Promoção de ambientes saudáveis e proteção da saúde indígena;
- Controle social.

O que temos visto é um grande descompasso com estas diretrizes uma vez que as notícias que temos é a de que a saúde dos povos indígenas, especificamente no município de Dourados, que é uma das regiões que concentra uma grande comunidade indígena, está a cada dia mais precária, conforme noticiado no portal de notícias do Dourados agora: (<http://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/postos-de-saude-na-reserva-estao-deteriorados>), bem como o monitoramento das ações de saúde dirigidas a saúde dos indígenas, a promoção do uso adequado e racional de medicamentos e equipamentos, conforme noticiado no jornal o Progresso: (<http://www.progresso.com.br/dia-a-dia/mp-apura-aplicacao-de-r-1-8-mi-em-postos-de-saude-inacabados>). A imprensa regional tem denunciado relatos frequentes de falta de água nas reservas indígenas, falta de saneamento básico, tomado conhecimento de que a situação nos postos de saúde são extremamente precárias uma vez que as paredes são tomadas por mofo, os medicamentos são escassos e insuficientes não chegando a durar trinta dias, os veículos em péssimas condições de uso, além do que há um alto índice de violência indígena e o envolvimento destes com alcoolismo e drogas, suicídios, mortes de bebês com desnutrição, e esse quadro fere frontalmente



Câmara dos DEPUTADOS
Deputado Federal Geraldo Resende (PSDB-MS)

todas as diretrizes elencadas pela Política Nacional de atenção à Saúde acima elencadas. Para tanto faz-se de extrema e crucial relevância o debate, o chamamento das autoridades representativas para que possamos, junto com a FUNAI, o SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena, que foi criada com a missão de melhorar, em todos os aspectos, os serviços de saúde indígena e não foi isso o que aconteceu, ao contrário disto, foi relatado que que após um ano e cinco meses da criação do SESAI, muitas lideranças relataram a frustração e o descontentamento dos movimentos indígenas que alegaram não ter havido melhora, considerando inclusive ter havido em Mato Grosso do Sul greve dos dentistas e médicos por não recebimento do salário e com isso os postos de saúde estavam atendendo com apenas 30 % do seu efetivo no ano de 2012.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Reserva Indígena de Dourados abriga as aldeias Jaguapiro e Bororó. São 3.500 famílias, totalizando 16 mil índios que vivem em uma pequena área de 3.600 hectares. Isso daria, em média, um hectare por família, enquanto estudos da Funai apontam como ideal que cada família indígena seja assentada em, pelo menos, 30 hectares.

Diante do que fora exposto, propomos que seja realizada a Audiência Pública no âmbito dessa Comissão de Seguridade Social e Família para debatermos essa grave situação, esperando contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da comissão, 17 de maio de 2016.

**Deputado GERALDO RESENDE
PSDB/MS**